TERMO DE COMPROMISSO

ALVORADA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO SPE LTDA, empreendedor do imóvel abaixo descrito, portador do CNPJ nº 46.358.497/0001-15, representado pelo Sr. Fabiano Graven Carlin, portador do RG nº 8.139.478-4 e CPF nº 042.827.649-02, de acordo com o contido no Processo **54310/2022** comprometo-me a arcar integralmente com as despesas decorrentes das obras e serviços descritos abaixo, necessários a minimização dos impactos decorrentes da implantação de empreendimentos ou atividade no imóvel abaixo citado e demais exigências apontadas pelo Poder Executivo Municipal. Declaro estar ciente de que não serão expedidas licenças e certidões abaixo discriminadas enquanto não restarem concluídas, integralmente, as medidas deliberadas pelo Conselho do IPLAN, nos termos do Artigo 11 da Lei Municipal nº 12.447/2016 e no Decreto Municipal nº 12.938 de 24 de abril de 2017.

Declaro, ainda, estar ciente de que o prazo de validade do presente Termo de Compromisso é de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado justificadamente.

IMÓVEL:

Imóvel localizado na Colônia Tavares Bastos, neste Município, com acesso no prolongamento da Rua Margarida, sentido centro/bairro, seguindo pela servidão cerca de 900m , com Matrícula nº 61.960 e Inscrição Imobiliária nº 14-1-48-19-1441-000.

EMPREENDIMENTO:

Loteamento denominado Parque das Palmeiras a ser implantado na Rua João Henrique Henneberg, bairro do Contorno. O empreendimento será implantado sobre o imóvel de matrícula 61.960 do 1º Registro de Imóveis, com uma área total de 59.049,00 m2, com 114 lotes, cinco ruas, uma área institucional, uma área verde e uma área de preservação permanente.

OBRAS E SERVIÇOS:

1 **A emissão do Alvará de Construção fica condicionada à:**
- 1.1 A aprovação do EIV deverá estar condicionada ao firmamento do Termo de Compromisso junto à PMPG, através do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa;
- 1.2 Adequação do projeto contemplando aumento da pista de rolamento de 7,5 m para 8,0 m e passeio com 3,0 m de cada lado nas vias com caixa total de 14,0 m;
- 1.3 Apresentação das pranchas com carimbo de aprovação do EIV;

2 **Deverá constar na emissão do Alvará de Construção o comprometimento do empreendedor em realizar as seguintes medidas mitigadoras:**
- 2.1 A lavratura, assinatura e publicação em Diário Oficial do Termo de Compromisso do EIV.
- 2.2 Executar a intervenção na área institucional do empreendimento contemplando paisagismo, passeio, pista de caminhada, iluminação, mobiliário, playground e academia de terceira idade;

3 **O condicionamento da manutenção do Alvará de Construção a:**
- 3.1 Apresentação, em até 12 meses após a assinatura do Termo de Compromisso, do projeto de intervenção na área institucional do empreendimento comtemplando paisagismo, passeio, pista de caminhada, iluminação, mobiliário, playground e academia de terceira idade;

3.2 Instalação e manutenção de placa informativa, em local visível da obra do empreendimento, contendo informações sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança, conforme modelo apresentado pelo IPLAN;

3.3 Sinalização das vias de acesso durante a obra com indicação de área de estacionamento, carga e *descarga e tráfego de caminhões, conforme consta no EIV;*

3.4 Controlar as emissões atmosféricas provenientes de maquinários e equipamentos utilizados pela obra. Devem ser realizadas inspeções visuais por meio do monitoramento da fumaça preta emitida dos escapamentos dos veículos;

3.5 Garantir que os equipamentos e maquinários utilizados na obra estejam em perfeitas condições de uso e com as manutenções em dia.

3.6 Coleta e destinação correta dos resíduos da construção civil, conforme PGRCC aprovado;

3.7 Manutenção dos níveis de ruídos conforme legislação;

3.8 Lavação das rodas dos veículos que estiverem sujas com resíduos (barro, concreto, etc), evitando que espalhem resíduos nas vias do entorno;

3.9 Limpeza constante das vias do entorno, com varrição e se necessária a lavagem, evitando a *propagação de poeiras.*

4 O condicionamento a emissão do Habite-se a:

4.1 Execução da intervenção na área institucional do empreendimento conforme projeto aprovado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

4.2 Atender ao Decreto Municipal 7673/13, quanto ao uso racional de água pluvial;

4.3 Execução das calçadas conforme Anexo 1, deste documento;

4.4 De acordo com o artigo 18 do Decreto 14635/2018 de Ponta Grossa, O cálculo do valor mínimo das medidas compensatórias é feito através do valor do empreendimento e o grau de impacto urbano gerado;

4.5 De acordo com o artigo 19 do Decreto 14635/2018 de Ponta Grossa, para o cálculo do valor mínimo das medidas compensatórias, deve-se consultar os Anexos I e II do referido decreto;

4.6 *De acordo com o artigo 20 do Decreto 14635/2018 de Ponta Grossa, o empreendedor deverá* apresentar os custos das obras e serviços relativos às medidas compensatórias, devendo os dados serem prestados por responsável técnico devidamente habilitado através de orçamento detalhado, que deverá ser aprovado pelo órgão competente da Prefeitura;

Parágrafo único. No caso do valor das obras e serviços das medidas compensatórias não atingirem o valor mínimo correspondente previsto no cálculo realizado a partir das informações contidas nos Anexos I e II deste Decreto, o valor remanescente deverá ser depositado no Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, conforme definido em lei.

4.7 As medidas e as obras supracitadas serão respectivamente fiscalizadas e recebidas, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

5 Deve-se ainda observar as seguintes Leis e Decretos Municipais:

5.1 Lei Municipal 13.945/2021 e ao Decreto 19.000/2021. Quanto a obrigatoriedade do plantio de árvores nos passeios;

5.2 Decreto Municipal 10.994/16. Elaborar e submeter a aprovação da SMMA, na fase de obtenção da Licença Ambiental, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Plano de Gerenciamento da Construção Civil;

6 Como forma de divulgar o cumprimento da Lei Municipal relacionada ao Estudo de Impacto de Vizinhança e a preocupação dos empreendedores com o impacto gerado no entorno e o bem-estar da população vizinha deve-se:

6.1 Instalação e manutenção de placa informativa, em local visível da obra do empreendimento, contendo informações sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança, conforme modelo apresentado pelo IPLAN;

6.2 Instalação e manutenção de placa informativa, em local visível da obra referente à medida compensatória, contendo informações sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança, conforme modelo apresentado pelo IPLAN.

7 Da Legislação Anticorrupção e de Improbidade Administrativa

7.1 As Partes declaram que têm conhecimento das leis anticorrupção das leis anticorrupção brasileiras, em especial o Decreto-lei nº2848/40 ("Código Penal"), artigos 312 a 327, as Leis nº 9.613/98 ("Lei sobre os crimes de Lavagem de Dinheiro") e nº 12.846/13 ("Lei Anticorrupção"), bem como a Lei nº 8.429/92 (" *Lei de Improbidade Administrativa*"), *obrigando-se a cumprir integralmente com seu* dispositivos, mediante a abstenção de qualquer atividade que constitua ou possa construir uma violação às regras anticorrupção e as que dispõem sobre os atos de improbidade praticados por qualquer agente público.

7.2 As Partes obrigam-se a conduzir suas práticas, durante a consecução do presente termo, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, reconhecendo que não devem receber qualquer benefício econômico ou obter vantagem, de forma direta ou indireta, nem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar, direta ou indiretamente, o pagamento de qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, assegurar qualquer vantagem indevida ou direcionar negócios a quaisquer pessoas que violem as leis supracitadas.

8 *Das normas relativas ao programa empresa amiga da criança.*

8.1 As Partes declaram sua estrita observância à Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), especificamente ao artigo 3º, parágrafo 1º, e à Constituição Federal de 1988, especificamente ao artigo 7º, inciso XXXIII, e que proíbem o trabalho de menores de 18 anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres e de menores de 16 anos em qualquer trabalho, exceto na condição de aprendizes, a partir de 14 anos.

9 Da responsabilidade social.

9.1 As Partes se comprometem a não empregar/permitir a prática de trabalho análogo ao escravo ou qualquer outra forma de trabalho ilegal.

Este Termo de Compromisso não isenta o EMPREENDEDOR de seguir outras exigências e leis complementares de outros órgãos, bem como atender a possíveis exigências de outros órgãos da Prefeitura *Municipal de Ponta Grossa e legislação em vigor.*

Ponta Grossa, 17 de Julho de 2023.

Celso Augusto Sant'Anna
Diretor Executivo
IPLAN

FABIANO GRAVENA CARLIN:04282764902
Assinado de forma digital por FABIANO GRAVENA CARLIN:04282764902
Dados: 2023.07.17 17:56:24 -03'00'

Fabiano Gravena Carlin
ALVORADA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO SPE LTDA

Testemunhas:

Nome: Beatriz Priscila Nabozny Carlin
CPF: 074.827.229-12
Ass: gov.br Documento assinado digitalmente BEATRIZ PRISCILA NABOZNY CARLIN Data: 19/07/2023 12:57:33-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Nome:
CPF:
Ass: gov.br Documento assinado digitalmente JOHN LENON DE GOES Data: 19/07/2023 13:14:33-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Anexo 1: Minuta calçadas Padrão IPLAN

Capítulo II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3°- A calçada, organizadas em 3 (três) faixas, será formada pelos seguintes componentes:

I. faixa de serviço;
II. faixa livre;
III. faixa de acesso;
IV. esquina, incluindo área de intervisibilidade.

Seção I

Faixa de serviço

Art. 4°- A faixa de serviço, localizada em posição adjacente à guia, deverá ter no mínimo 1,00 m (um metro).

Art. 5º - Esta faixa destina-se preferencialmente à instalação de equipamentos e mobiliário urbano, a vegetação e demais interferências existentes nas calçadas, tais como tampas de inspeção, grelhas de exaustão e de drenagem das concessionárias de infraestrutura, lixeiras, postes de iluminação, iluminação pública e eletricidade.

Parágrafo único. O rebaixamento de guia para fins de acesso de veículos em edificações, postos de abastecimento e serviços e similares localiza-se na faixa de serviço, de acordo com o Capítulo IV.

Seção II

Faixa livre

Art. 6º - A faixa livre é a área destinada exclusivamente à livre circulação de pedestres, desprovida de obstáculos, equipamentos urbanos e/ou de infraestrutura, mobiliário, vegetação, floreiras, rebaixamento de guias para o acesso de veículos ou qualquer outro tipo de interferência permanente ou temporária, devendo atender às seguintes características:

I. possuir superfície regular, firme, contínua e antiderrapante sob qualquer condição;
II. ter inclinação longitudinal acompanhando o greide da rua;
III. ter inclinação transversal constante entre 1,5 % (um e meio por cento) a 2,5 % (dois e meio por cento);
IV. possuir largura mínima de 1,20 (um metro e vinte centímetros) nas vias locais e nas demais vias deverão ser mantidos uma largura de faixa livre de, no mínimo 1,50 (um metro e cinquenta centímetros);
V. ser livre de qualquer interferência, obstáculo ou barreira arquitetônica;
VI. poderá destacar-se visualmente no passeio por meio de cores, texturas, juntas de dilatação ou materiais em relação às outras faixas de passeio;
VII. ser livre de emendas ou reparos de pavimento, devendo ser recomposta nas larguras da modulação original, em caso de obras de interferência.

Seção III

Faixa de acesso

Art. 7º - Faixa de acesso é a área destinada à acomodação das interferências resultantes da implantação, do uso e da ocupação das edificações existentes na via pública, autorizados pelo Departamento de Urbanismo de forma a não interferir na faixa livre.

i1° Para fins exclusivos desta legislação, a faixa de acesso deverá ser utilizada para instalação e manutenção dos serviços públicos de água e esgoto, instalados junto ao alinhamento dos lotes.

i2° Para as calçadas em que as tubulações não estejam na faixa denominada de faixa de acesso, é recomendado que a calçada seja pavimentada com blocos intertravados de concreto em função da facilidade de manutenção e reposição da mesma.

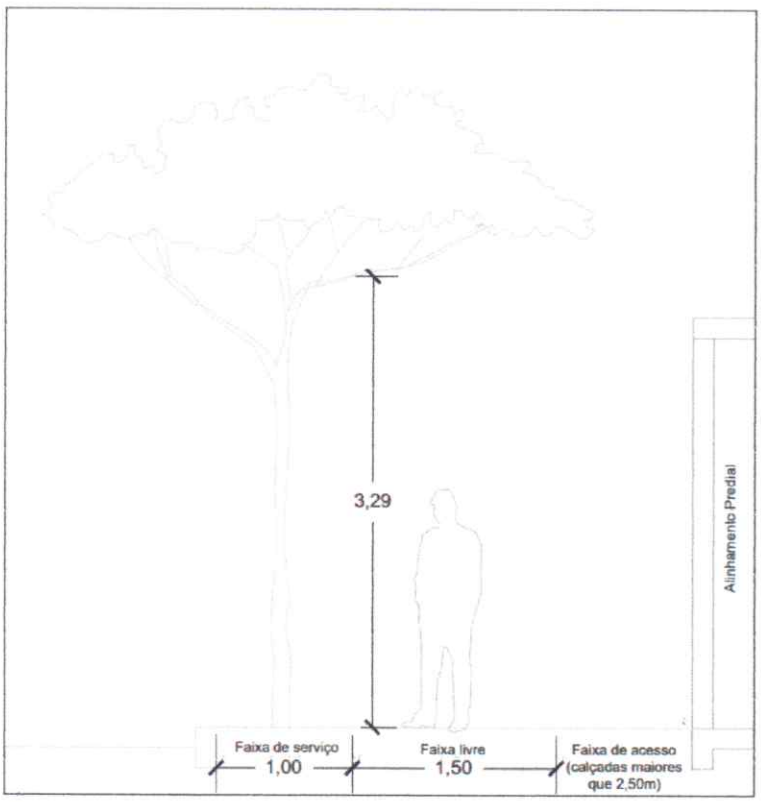
i3° No caso de passeios já existentes, será permitida para passeios acima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) de largura.

Art. 8º - A faixa de acesso poderá conter:

I. áreas de permeabilidade e vegetação, as quais poderão ser instaladas, desde que atendam aos critérios de implementação constantes no capítulo VIII desta lei;

II. elementos de mobiliário temporário, os quais poderão ficar nesta área, tais como mesas, cadeiras e toldos, obedecidas as disposições de legislações específicas;

III. projeção de anúncios, desde que garantida a não interferência na faixa de livre circulação e o respeito ao disposto em legislação específica.

i1° Nas faixas de acesso deverão ser evitados fatores de impedância, com utilização de elementos ou condições que possam interferir no fluxo de pedestres.

i2° Eventual desnível entre o passeio e o terreno lindeiro deverá ser acomodado no interior do imóvel.